A DIGNIDADE HUMANA E A FILIAÇÃO EM PRÁTICAS DE REPRODUÇÃO ASSITIDA INFORMAL: UMA ABORDAGEM JURÍDICO-CONSTITUCIONAL

Cinthia Gomes Dias[1]

RESUMO

O artigo versa a necessidade de atribuição de filiação ao menor em casos de reprodução caseira destacando casos de casais homoafetivos femininos. Tal conduta, de atribuição de filiação, alicerçada no inefável princípio da dignidade da pessoa humana, consubstancia uma inflexão paradigmática na tutela dos direitos existenciais e afetivos. A investigação objetiva analisar e fundamentar sob o prisma da dignidade humana, compreendida enquanto valor inalienável e inexorável, transcendente às vicissitudes legais hoje vigentes. Para tanto, a metodologia adotada consiste em uma revisão de textos jurídicos e análise de literatura acadêmica correlata, entretecendo um diálogo entre a teoria. Os resultados desvelaram a superação de concepções arcaicas que outrora restringiam a autonomia dos gentirores, manifestando, destarte, uma exímia interpretação constitucional progressista. Tal deliberação afirma a capacidade plena de indivíduos em estabelecer a filiação, garantindo-lhes o direito de gerir suas escolhas, notadamente no campo relacional e patrimonial. Por conseguinte, restou evidenciado que a proteção às relações interpessoais e ao afeto integra o cerne dos direitos fundamentais. Conclui-se, por derradeiro, que o estabelecimento de filiação em casos de inseminação artificial caseira, vem consolidar um entendimento jurídico alicerçante, imbuído dos valores democráticos e igualitários, conferindo primazia à dignidade humana. Este anúncio fortalece a estrutura de um ordenamento jurídico mais equitativo, atento às especificidades e potencialidades inerentes a todas as fases da existência. Por fim, conclui-se que a instauração da filiação nos casos de inseminação artificial domiciliar consolida um entendimento jurídico fundamental, imbuído de valores democráticos e igualitários, que primam pela dignidade da pessoa humana. Este anúncio fortalece o arcabouço de um ordenamento jurídico mais equitativo, atento às especificidades e potencialidades inerentes a todas as fases da vida.

Palavras-chave: Dignidade humana. Autonomia. Filiação. Relações jurídicas.

ABSTRACT

This article addresses the need to attribute filiation to minors in cases of home-based reproduction, highlighting the cases of same-sex female couples. This conduct, based on the ineffable principle of human dignity, represents a paradigmatic shift in the protection of existential and affective rights. The research aims to analyze and substantiate this from the perspective of human dignity, understood as an inalienable and inexorable value,

[1] Doutoranda em Direitos Fundamentais e Democracia pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil – UniBrasil (2024/2028). Mestre em Direito Direitos Fundamentais e Democracia pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil – UniBrasil (2013). Especialista em Direito Constitucional, Tributário, Direito Público e Direito Notarial e Registral. Graduação em Direito pela Universidade de Itaúna (MG). Procuradora do Município de Curitiba (PR) de 2010 à 2024. Registradora Civil no Estado do Tocantins. Registradora e Tabeliã no Estado de Goiás. Lattes: http://lattes.cnpq.br/5434557771307435.

transcending the legal vicissitudes currently in force. To this end, the methodology adopted consists of a review of legal texts and analysis of related academic literature, interweaving a dialogue between theory and practice. The results revealed the overcoming of archaic concepts that once restricted the autonomy of gentirores, thus demonstrating an excellent progressive constitutional interpretation. This decision affirms the full capacity of individuals to establish filiation, guaranteeing them the right to manage their choices, notably in the relational and patrimonial spheres. Consequently, it was evident that the protection of interpersonal relationships and affection is at the core of fundamental rights. Finally, it is concluded that the establishment of filiation in cases of home artificial insemination consolidates a fundamental legal understanding, imbued with democratic and egalitarian values, giving primacy to human dignity. This announcement strengthens the framework of a more equitable legal system, attentive to the specificities and potentialities inherent in all phases of life.

Keywords: Human dignity. Autonomy. Affiliation. Legal relations.

1. INTRODUÇÃO

A dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ordenamento jurídico moderno, desempenha um papel essencial e insubstituível na fundamentação das normas que asseguram os direitos individuais e coletivos. Enraizada no cerne da Constituição Federal de 1988, a dignidade da pessoa humana configura-se como princípio fundamental e incontornável, expressando o compromisso com a valorização essencial do ser humano em toda a sua complexidade e singularidade. Essa concepção, desenvolvida ao longo das vicissitudes da história por eminentes filósofos e juristas, perfaz um vetor interpretativo que permeia a aplicação normativa em contextos diversificados, abrangendo, entre outros, as questões patrimoniais e relacionais (NOVAIS, 2018).

No contexto das relações conjugais, o ordenamento jurídico brasileiro, de maneira recorrente e prejudicial, impôs restrições à autodeterminação dos indivíduos em suas relações interpessoais, impondo a maternidade e a paternidade, de acordo com regras rígidas que aos poucos foram sendo desveladas. Tal imposição, alicerçada em paradigmas ultrapassados, resultava no cerceamento da liberdade de escolha, desconsiderando a plena capacidade de autodeterminação e perpetuando estigmas sombrios relacionados à escolha daquele que seria considerado ascendente biológico, daquele que seria ascendente socioafetivo, em prejuízo de uma perspectiva equitativa e inclusiva (PEREIRA, 2024).

Para além de assegurar a prerrogativa dos nascituros à filiação, evidencia-se o direito aos

ascendentes

de exercer direito à maternidade e paternidade valorizando as relações afetivas enquanto expressão inalienável da individualidade e veículo para a realização pessoal. Tal posicionamento, ademais, dialoga com os avanços sociais e jurídicos que buscam a inclusão de populações marginalizadas, reafirmando o caráter estruturante do direito como instrumento de justiça social. Essa rubrica jurisprudencial, conquanto notável, suscita inquietações acerca das barreiras culturais e normativas que ainda se interponham à plena concretização da autonomia em situações similares.

Neste ínterim, torna-se vital examinar em que medida o princípio da dignidade humana, em sua dimensão transversal e perenidade normativa, contribui para superar tais óbices, transformando o ordenamento em ferramenta efetiva de equidade e emancipação. O presente estudo, balizado pela revisão de textos filosóficos e doutrinários, intenta dissecar os impactos da ausencia do estabelecimento da filiação no ordenamento jurídico brasileiro, destacando suas reverberações no âmbito da autonomia individual e das relações intersubjetivas.

A investigação justifica-se pela imperatividade de fomentar uma compreensão aprofundada das mutações jurisprudenciais e de seus reflexos na vida de casais homoafetivos e de seus filhos em casos de inseminação caseira, com ênfase na mitigação de preconceitos históricos e na construção de um direito mais democrático e sensível às especificidades de cada grupo social. Como observam Sales e Neto (2018), a dignidade humana, enquanto conceito estruturante, provê um arcabouço teórico robusto para essa análise, permitindo que se esmiúcem os desafios e as possibilidades de avanço do direito.

O trabalho inicia-se com uma abordagem histórica e filosófica sobre o princípio da dignidade humana, destacando sua evolução e relevância enquanto fundamento central do ordenamento jurídico contemporâneo. Em seguida, aprofunda-se na análise dos impactos concretos da ausência do estabelecimento de filiação em casos de inseminação artificial caseira, com foco nas dimensões patrimoniais e afetivas. Esta análise explora como a dignidade humana serve como critério norteador na interpretação e aplicação das normas jurídicas, contribuindo para a mitigação de desigualdades e para a construção de um sistema mais justo. Ao longo desse percurso, são examinados exemplos práticos e doutrinários que evidenciam o papel transformador da dignidade humana no direito brasileiro.

Por fim, o estudo volta-se para os desafios que ainda persistem no cenário jurídico nacional, com ênfase na superação de normas excludentes e na necessidade de inovação legislativa e jurisprudencial. Nesse contexto, são apresentadas propostas prospectivas que visam aprimorar o sistema jurídico, consolidando a dignidade humana como um princípio capaz de promover a equidade, a inclusão e a justiça social. Através dessa perspectiva, espera-se evidenciar como a centralidade da dignidade humana no direito pode transmutar normas e práticas em instrumentos que valorizem a experiência humana em todas as suas dimensões, fortalecendo um ordenamento jurídico comprometido com a realização plena dos direitos fundamentais.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 A dignidade da pessoa humana como pilar do direito

2.1.1 O conceito de dignidade humana

A dignidade humana, expressão máxima da essência intrínseca de cada ser, ultrapassa limitações materiais, contextos políticos e transformações sociais. Enquanto atributo inalienável, constitui um valor de reconhecimento universal, servindo como fundamento ético para o respeito recíproco e para a estrutura normativa dos direitos fundamentais. No campo da filosofia, apresenta-se como princípio estruturante, impregnando as relações humanas e orientando a formulação de normas voltadas à promoção da justiça, da equidade e da convivência harmoniosa (SARMENTO, 2024).

Inspirado pelo cristianismo, principalmente nos escritos de Tomás de Aquino, surgiu a ideia de que a dignidade está ligada à moralidade e à espiritualidade. Aquino defendia que a Igreja e o Estado tinham um papel fundamental em proteger e promover esse valor. Essa visão não ficou restrita à teologia, mas teve uma grande influência na filosofia e no direito, fazendo com que a dignidade se tornasse uma parte importante da função social das instituições (SARMENTO, 2024).

O Iluminismo representou uma inflexão paradigmática ao adotar uma concepção secular e racional da dignidade humana. Kant, em sua contribuição insuperável, concebeu a dignidade como um valor absoluto, imune às oscilações do mercado, e afirmou que cada ser humano deve ser tratado como um fim em si mesmo, jamais como meio para fins alheios. Essa formulação kantiana consolidou a dignidade como princípio de máxima hierarquia, insuscetível de negociação ou instrumentalização utilitária (KANT, 2007).

Após a Segunda Guerra Mundial, a dignidade humana se tornou a base para a reconstrução da ética e da política das nações, resultando na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Esse documento histórico estabeleceu a dignidade como o valor central para o respeito a todas as pessoas, sem distinção de origem, crença ou gênero, e a consagrou como um fator essencial para a estabilidade e o desenvolvimento global (DIAS, 2016).

No âmbito jurídico, a dignidade humana assumiu posição de supremacia nos ordenamentos democráticos, consolidando-se como um dos pilares do Estado de Direito contemporâneo. No Brasil, a Constituição de 1988, fundada em princípios humanistas, elevou-a à condição de cláusula pétrea, assegurando sua incidência transversal nas dimensões política, econômica e social. Assim, a confluência entre filosofia e direito consagrou a dignidade como parâmetro interpretativo central na formulação de políticas públicas (SARLET, 2024).

Como aponta Schier (2005), com o advento da Constituição de 1988, todo o ordenamento jurídico passaria a girar sob o eixo gravitacional da dignidade humana, de modo que nenhuma regra, nenhum outro princípio e nenhuma relação jurídica pode ficar imune ao toque mágico da dignidade humana; todos os direitos se (re) personalizam, adaptados a esse paradigma.

De outro lado, não raro, a doutrina brasileira tem assistido a um processo, nem sempre saudável, em que todas as questões jurídicas vêm sendo reportadas à dignidade da pessoa humana. Isso tem gerado uma compreensão inadequada da chamada dogmática constitucional principialista, eis que, por certo, nem tudo pode ser reconduzido somente aos princípios e, até mesmo, ao princípio da dignidade da pessoa humana (SCHIER, 2005).

A concepção tripartida — que abrange o valor intrínseco da pessoa, sua autonomia e a interdependência no âmbito comunitário — fortalece a base teórica e prática necessária ao enfrentamento das desigualdades contemporâneas, como as assimetrias sistêmicas, discriminações estruturais e exclusões historicamente consolidadas. A inter-relação desses elementos compõe um arcabouço conceitual consistente para a abordagem dos desafios que permeiam o tecido social e jurídico, reafirmando a dignidade humana como fundamento imprescindível da justiça e da solidariedade (BARLETTA et al., 2022).

Não obstante, a dignidade transcende as abstrações filosóficas, projetando-se em valores concretos como justiça, liberdade, igualdade, solidariedade e tolerância, que estruturam a

convivência democrática e asseguram o respeito à alteridade. Esses princípios, por conseguinte, legitimam o direito como instrumento de emancipação, ao passo que reiteram a necessidade de respeito à diversidade e à plenitude da existência humana (BARLETTA et al., 2022).

No Brasil, tal princípio assume relevo singular para populações vulneráveis, a exemplo dos casais homoafetivos, que enfrentam, não raras vezes, obstáculos jurídicos e preconceitos enraizados. A possibilidade de atribuição de ascendencia ao nascituro em casos de reprodução caseira, revela uma aplicação arrojada da dignidade como meio de desconstrução de normas obsoletas e estigmas ultrapassados, promovendo a emancipação e a equidade nas relações afetivas e patrimoniais (BARLETTA et al., 2022).

Como observa Gama (2019), o Estado incumbe a responsabilidade de proporcionar as condições para que todos os cidadãos vivam com dignidade, desobstruindo os empecilhos que obstaculizem o desenvolvimento humano. Essa atribuição, por conseguinte, exige políticas afirmativas, iniciativas inclusivas e hermenêuticas jurídicas que dialoguem com a multiplicidade das vivências humanas, reconhecendo suas idiossincrasias e respondendo às suas necessidades.

A esse respeito, Forst (2010) ressalta que a dignidade da pessoa humana deve ser entendida a partir de um processo de reconhecimento recíproco e da promoção da autonomia individual, no qual a justiça se manifesta como um procedimento de justificação intersubjetiva, pautado pelo debate e validação coletiva de normas e valores. Tal dinâmica exige que as deliberações levem em conta as particularidades culturais e históricas de cada comunidade, possibilitando uma concepção mais ampla da dignidade humana, uma que respeite as singularidades locais sem comprometer a universalidade dos direitos humanos.

Sob essa perspectiva, a dignidade humana, ao ser incorporada aos sistemas normativos, legitima não apenas o Estado de Direito, mas também impulsiona a formação de uma sociedade mais justa e atenta às especificidades de seus membros. Como valor absoluto e permanente, a dignidade exige um compromisso constante com o respeito à condição humana, reafirmando sua importância transversal e universal para a construção de uma convivência justa e harmoniosa.

2.1.2. A aplicação jurídica da dignidade humana

A dignidade humana, fundamento essencial que sustenta os pilares das normas constitucionais e dos direitos fundamentais, ocupa posição incontornável no ordenamento jurídico contemporâneo, sendo reconhecida como princípio máximo da proteção integral da pessoa em sua totalidade, abrangendo tanto os aspectos materiais quanto os morais. Enquanto expressão de um valor inerente à própria existência, esse preceito consagra o indivíduo como sujeito merecedor de respeito absoluto, independentemente de sua condição econômica, social ou política, assegurando-lhe o direito inalienável de viver com liberdade e igualdade, livre de qualquer forma de opressão ou discriminação (MEDEIROS et al., 2022).

No Brasil, tal princípio encontra-se explicitamente consagrado no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988, configurando-se como um pilar estruturante do Estado Democrático de Direito, norteando, assim, a implementação de normas e a criação de políticas públicas que visam assegurar a dignidade e os direitos de todos os cidadãos (BRASIL, 1988). Para Lenza (2024), a CF de 1988, intitulada como "Constituição Cidadã", assegura um arcabouço normativo que visa a materialização da dignidade humana, proporcionando a necessária execução de ações que respeitem a integridade e os direitos dos indivíduos.

Na prática, o princípio da dignidade humana desempenha papel fundamental na interpretação e aplicação das normas jurídicas, orientando a elaboração de políticas públicas que assegurem a efetivação dos direitos fundamentais, tais como os direitos à vida, à liberdade, à segurança, à educação, à saúde, ao trabalho e à convivência familiar e comunitária. Esses direitos, essenciais para a plena realização da pessoa humana, não se configuram como meras abstrações, mas como mandatos jurídicos que exigem concretude em sua implementação (ALCÂNTARA et. al., 2016).

A implementação da dignidade humana, conforme preconizado pela Carta Magna, reflete-se, ademais, em diversas decisões judiciais destaca-se em especial a Constituição Federal, interpretada pelo Supremo Tribunal Federal, que garante a igualdade entre as famílias formadas por uniões homoafetivas e heteroafetivas, com todos os seus efeitos. Tais decisões não se configuram como um simples esforço paliativo, mas sim como instrumentos substantivos de transformação social que visam a garantir um ambiente mais justo e equânime.

Em relação à esfera familiar, o princípio da dignidade humana encontra-se amplamente refletido nos preceitos constitucionais que asseguram a proteção dos direitos fundamentais no seio do núcleo familiar. O artigo 226, por exemplo, vaticina o direito à formação da família com base no respeito mútuo e na dignidade de seus membros, configurando-se como uma rubrica fundamental para a constituição do tecido social. Da mesma forma, o artigo 230 atribui à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparo à pessoa idosa, assegurando-lhe o direito de viver com dignidade, em condições adequadas de saúde, segurança e convivência familiar. Tais normativas denotam que a dignidade humana não se limita à esfera individual, mas deve ser considerada nas relações intersubjetivas, nas quais o respeito e o cuidado mútuo constituem um fator imprescindível para a harmonia social.

No que tange ao direito dos incapazes, o artigo 227 da Constituição reafirma a preponderante necessidade de garantir à criança e ao adolescente o direito à dignidade, reiterando a obrigação da família, da sociedade e do Estado em promover a sua proteção integral. A dignidade da pessoa humana, neste contexto, não se limita ao reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, mas configura-os como indivíduos cuja valorização exige respeito irrestrito, atenção especial e cuidados específicos. A concretização deste princípio abarca não apenas a provisão de educação e saúde de qualidade, mas também a promoção de um ambiente seguro e livre de abusos, garantindo o pleno desenvolvimento físico, emocional e psicológico das novas gerações.

A dignidade humana adquire, ainda, especial relevância nas discussões éticas e morais no âmbito jurídico, como nos casos de direito ao aborto, união homoafetiva e suicídio assistido. O Supremo Tribunal Federal, em suas decisões vanguardistas, tem reforçado que a dignidade humana está intimamente ligada ao direito à autonomia, liberdade de escolha e autodeterminação. Nos casos de união homoafetiva, por exemplo, o reconhecimento da união estável como entidade familiar, protegida pelo ordenamento jurídico, encontra seu fundamento na premissa de que a dignidade de todos os indivíduos, independentemente de sua orientação sexual, deve ser igualmente respeitada e garantida (BRASIL, 2011).

A dignidade humana, conforme consagrada pela Constituição, implica também a garantia de igualdade de tratamento para todos, sem distinção de classe social, etnia, religião, gênero ou qualquer outra característica que possa servir de pretexto à discriminação. O princípio da

igualdade, derivado diretamente da dignidade, impõe que todos os cidadãos sejam tratados de maneira justa e equânime, com vistas à construção de uma sociedade onde as diferenças não sejam motivos de exclusão, mas sim de enriquecimento mútuo. Este ponto se revela de extrema importância em um país de dimensões continentais e rica diversidade cultural e étnica como o Brasil, exigindo um sistema jurídico que se mostre sensível às particularidades de seus cidadãos.

Como princípio fundamental do ordenamento jurídico, a dignidade da pessoa humana tem se afirmado como alicerce na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em que todos os cidadãos possam viver com pleno respeito à sua integridade e ao seu valor essencial. No entanto, ainda há desafios significativos, especialmente relacionados às desigualdades sociais e à discriminação, que seguem dificultando a plena realização desse direito fundamental. Apesar disso, a constante evolução do direito e da jurisprudência sinaliza um futuro promissor, no qual a dignidade humana será cada vez mais reconhecida como um princípio universal, assegurando a todos uma vida digna, pautada na liberdade, igualdade e justiça.

2.2 A evolução dos direitos relativos à família e filiação no contexto constitucional

2.2.1. O papel da cidadania na construção do sujeito de direitos

A cidadania, entendida como um processo contínuo e coletivo, constitui um dos principais instrumentos de integração do indivíduo na sociedade, indo além do simples pertencimento político e se concretizando na garantia do acesso pleno aos direitos fundamentais. Esse conceito, ao englobar os direitos civis, políticos e sociais, está intrinsecamente ligado à ideia de liberdade, pois assegura ao cidadão autonomia nas mais diversas esferas da vida afetiva, patrimonial, cultural e social permitindo-lhe tomar decisões pessoais de acordo com seus próprios valores e necessidades (SALES; NETO, 2018).

Ao longo do tempo, o conceito de cidadania passou por uma ampliação significativa, passando a abranger não apenas os direitos civis e políticos, mas também os direitos sociais, essenciais para garantir a participação de todos os indivíduos nas decisões políticas e sociais de uma nação. Na atualidade, a cidadania implica uma relação de reciprocidade, na qual os cidadãos, ao conhecerem e cumprirem as normas vigentes, asseguram a concretização de seus direitos, ao mesmo tempo em que cumprem suas obrigações com a coletividade,

reconhecendo a interdependência entre os direitos individuais e os direitos sociais (QUINTEIRO; SANTOS, 2024).

Pereira (2024), afirma que o exercício da cidadania desempenha um papel fundamental na integração do indivíduo à coletividade, levando-o a reconhecer sua interdependência com o tecido social, onde suas atitudes individuais impactam diretamente a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A participação consciente e responsável na esfera pública, seja por meio do voto, da mobilização social ou do respeito fiel às normas, representa o alicerce de uma democracia robusta, na qual o cidadão assume uma postura ativa, e não apenas receptiva, tornando-se apto a reivindicar a efetivação de direitos que promovam a justiça socia

Gama (2019), por sua vez, aponta o seguinte:

> A cidadania, enquanto mecanismo de promoção da justiça social, almeja, em seu cerne, a redução das desigualdades estruturais, sejam elas de gênero, classe social, etnia ou região. Ao assegurar que todos tenham voz e vez no processo político e social, a cidadania se torna uma ferramenta imensurável para a transformação social, permitindo que os grupos marginalizados ou historicamente excluídos sejam ouvidos e seus direitos sejam reconhecidos (GAMA, 2019, p. 26).

Nessa perspectiva, a cidadania deve ser reconhecida como um direito universal, independentemente das condições econômicas, culturais ou sociais dos indivíduos, assegurando que ninguém seja excluído da formulação de políticas públicas que influenciam diretamente seu cotidiano. Além disso, o fortalecimento da cidadania é essencial para a promoção do desenvolvimento sustentável, uma vez que a participação ativa nas decisões públicas possibilita a elaboração de políticas alinhadas aos interesses da sociedade, voltadas à preservação ambiental, à justiça social e à inclusão de todos os grupos sociais (SALES; NETO, 2018).

Sob esse aspecto, Rodrigues (2022) pondera o seguinte:

> As questões ambientais, sociais e econômicas devem ser tratadas de forma holística, de maneira a garantir que as futuras gerações usufruam dos recursos naturais e das condições que asseguram o bem-estar. A cidadania, dessa forma, se apresenta não apenas como um direito, mas como uma responsabilidade coletiva, que exige do indivíduo não só a reivindicação de seus direitos, mas também a contribuição para o fortalecimento das estruturas que garantem sua efetivação (RODRIGUES, 2022, p. 27).

A consolidação de uma sociedade democrática, portanto, está diretamente ligada à

compreensão

e ao pleno exercício da cidadania. Para que essa cidadania se realize de maneira efetiva, é fundamental que os cidadãos tenham acesso a uma educação de qualidade, a informações confiáveis e a um ambiente de liberdade, onde possam manifestar suas opiniões, votar conscientemente e reivindicar seus direitos. Na minha visão, o processo de conscientização e de envolvimento da população representa um alicerce essencial para o fortalecimento de uma democracia participativa, na qual a cidadania é praticada no cotidiano e não permanece apenas como um conceito abstrato (SILVA, 2024).

Dessa forma, a cidadania configura-se como um dos pilares fundamentais para a construção de um Estado democrático de direito, em que os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade sejam efetivamente assegurados. Ao reconhecer e valorizar a diversidade de vozes e demandas sociais, a cidadania permite que os direitos de todos os indivíduos, independentemente de suas condições ou características, sejam reconhecidos e protegidos. É por meio dessa participação ativa, entendida como um dever inalienável de cada cidadão, que se fortalece a concepção de uma sociedade justa, igualitária e democrática, na qual Estado, sociedade civil e indivíduo atuam conjuntamente na promoção de melhores condições de vida para todos (SALES; NETO, 2018).

2.2.2 Direitos fundamentais à família e ao melhor interesse da criança

A Constituição Federal de 1988 e a legislação subsequente, como o Novo Código Civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promoveram uma significativa evolução no Direito de Família, destacando o direito fundamental à família e, de forma central, o princípio do melhor interesse da criança.

A família é reconhecida como o meio natural para o desenvolvimento do projeto humano. Sua estrutura, comportamento e conceito mudaram drasticamente ao longo do tempo, gerando uma nova face social e, consequentemente, novos paradigmas jurídicos. A Constituição Federal de 1988, notadamente nos artigos 226 e 227, foi instrumental para ampliar o conceito de família, redimensionar a ideia de filiação e preconizar a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres na sociedade conjugal.

Essa ampliação do conceito de família se manifesta em importantes reconhecimentos legais, como a união estável, entendida como uma convivência duradoura, pública e contínua, com

vocação de permanência e sem contrato de casamento, calcada no vínculo psicológico afetivo e na capacidade de gerar um projeto de vida em comum. A família monoparental como a "comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes". Embora sempre tenha existido, o crescimento expressivo dessa modalidade de família levou à sua previsão e preocupação legal, dada a sua relevância e os impactos econômicos, jurídicos e psicossociais.

Na mesta toada, a Constituição Federal de 1988 e o ECA elevam a condição da criança e do adolescente a nível de direito fundamental da pessoa humana. Este princípio norteia toda a interpretação e aplicação da lei no que tange aos filhos. O ECA incorpora a noção basilar de que crianças e adolescentes possuem a peculiar característica de pessoas em desenvolvimento, necessitando de assistência adequada em cada fase específica de seu crescimento humano. Ademais, os postulados constitucionais garantem a absoluta prioridade na garantia dos direitos fundamentais e um tratamento de proteção integral a crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

O primado constitucional de igualdade à pessoa dos filhos (art. 227, § 6º da CF/88) afastou qualquer designação discriminatória, assegurando-lhes os mesmos direitos e qualificações. Isso levou à revogação de artigos do Código Civil de 1916 que eram manifestamente inconciliáveis com a isonomia. O reconhecimento do estado de filiação é um direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição.

Em suma, a legislação brasileira, inspirada pela CF/88, busca proteger e promover o desenvolvimento pleno do indivíduo dentro de um conceito de família cada vez mais amplo e inclusivo, com o melhor interesse da criança como princípio balizador de todas as decisões e normativas, garantindo igualdade de direitos e rompendo com concepções patriarcais e discriminatórias do passado.

Tais direitos, cuja essência visa garantir uma vida plena e isenta de discriminação, encontram-se expressos em normativas que alvitram a erradicação de qualquer forma de violência, negligência ou abuso, ao mesmo tempo em que preconizam o melhor interesse da criança dentrodo conceito de familia.

A violação consistente no impedimento da atribuição de filiação em dissonancia com o

previsto no Código Civil, manifesta-se de forma contundente no desrespeito às condições mínimas de bem-estar, frequentemente oriunda de práticas de negligência. O Estado, em parceria com as famílias e as comunidades, deve zelar para que os os menores possam usufruir dos direitos consagrados constitucionalmente, tendo acesso a uma rede de apoio que lhes permita viver com conforto, segurança e saúde. Tal rede de proteção deve ser construída de forma integrada, envolvendo familia, Estado, mebros da comunidade e cartorios de registro civil das pessoas naturais para efetuarem o respectivo registro de nascimento (SILVA, 2024).

2.2.3 A reprodução assistida e a reprodução assistida informal (reprodução caseira) no ordenamento jurídico

A evolução da biotecnologia e a dinâmica social impuseram ao Direito de Família no Brasil a necessidade de adaptação, evidenciando um descompasso entre a legislação vigente e as novas realidades de constituição familiar. Esse desencontro se revela especialmente no que se refere à reprodução assistida e, mais recentemente, à autoinseminação ou inseminação caseira. A ausência de regramento específico sobre o tema acarreta implicações jurídicas relevantes, sobretudo no que diz respeito à filiação e à proteção do melhor interesse da criança.

O Código Civil de 2002, embora trate da filiação relacionada às técnicas de reprodução assistida no art. 1.597, prevê a presunção de paternidade para filhos do marido da mãe e admite algumas técnicas, mas não disciplinou de modo completo todas as possibilidades. Restam lacunas e impropriedades, como, por exemplo, a cessão de útero, a reprodução heteróloga feminina e a inseminação post mortem em caso de falecimento da mulher, que não encontram regulamentação adequada.

Diante dessa insuficiência regulatória, o Conselho Federal de Medicina (CFM) passou a disciplinar o tema por meio de suas resoluções, que estabeleceram normas éticas e deontológicas a serem observadas por médicos e clínicas. Tais normas, porém, não alcançam a prática da autoinseminação de modo suficiente.

A autoinseminação, também conhecida como inseminação caseira, é uma prática em crescimento no Brasil que permanece fora da cobertura normativa das resoluções do CFM. Ela envolve a coleta e a introdução de sêmen na mulher sem a intervenção de clínicas

especializadas. É utilizada por pessoas que desejam ter filhos sem vínculo afetivo, por limitações financeiras para procedimentos de reprodução assistida ou pela escolha de conhecer o doador do material genético (ALVES, 2024).

Embora a autoinseminação não seja proibida no Brasil, ela não é recomendada nem regulamentada pelo CFM, devido aos riscos, como a transmissão de doenças. A ausência de previsão legal específica para a autoinseminação é a principal fonte de problemas, especialmente no que se refere ao registro da criança. Enquanto, nos casos de concepção por meio de clínicas de reprodução assistida, o Provimento 149/2023 do CNJ permite o registro direto em cartório, sem necessidade de ação judicial, mediante declaração do diretor técnico da clínica, além de assegurar o anonimato do doador, a autoinseminação carece de tal declaração clínica, tornando o registro uma demanda judicial.

Essa realidade traz dificuldades desproporcionais para casais homoafetivos femininos que costumam utilizar essa técnica e enfrentam entraves para incluir a mãe não parturiente no registro. A judicialização desses casos tende a prolongar o processo e, por vezes, a criança fica desassistida em termos de vínculo de filiação com um dos pais durante o período inicial. Embora alguns tribunais tenham deferido pedidos de dupla maternidade em situações de inseminação caseira, com base no melhor interesse da criança e na ausência de legislação específica, há decisões que mantêm a exigência de documentação clínica. Ainda assim, a filiação deve pautar-se pelo projeto parental e pela intenção de criar e proteger a criança (AMARO, 2023).

A autoinseminação no Brasil está, também, fortemente permeada por princípios constitucionais. O Princípio da Igualdade dos Filhos determina a absoluta igualdade de direitos e qualificações entre os filhos, independentemente de terem sido concebidos por meio de relação conjugal, adoção ou outros métodos, proibindo discriminações. O Princípio do Melhor Interesse da Criança exige que se considere, com prioridade, o bem-estar do menor, assegurando seu pleno desenvolvimento e os direitos da personalidade. O Princípio do Livre Planejamento Familiar garante que o planejamento familiar seja uma decisão livre do casal, sem interferência do Estado, que deve, ao contrário, protegê-la (AMARO, 2023)..

Diante desse cenário, a sociedade brasileira busca um avanço legislativo que elimine as lacunas existentes e se adapte à realidade social e biotecnológica. O objetivo é assegurar que

os direitos das crianças, especialmente o direito à filiação, sejam protegidos independentemente da forma de concepção, em consonância com os princípios da igualdade e do melhor interesse da criança.

Para enfrentar as lacunas, é indispensável a criação de um marco civil específico que trate da filiação resultante de reprodução assistida e de autoinseminação. Esse marco deveria privilegiar a dignidade da criança, a igualdade de direitos entre os filhos e a segurança jurídica para as famílias, independentemente da origem biológica. Em linhas gerais, poderá considerar a adoção de presunções de parentalidade baseadas no projeto parental, na convivência coletiva e na intenção de constituir e proteger a criança, com mecanismos de registro que reduzam a morosidade judicial sempre que houver comprovação suficiente do vínculo parental (ARAÚJO, 2023).

É essencial também assegurar a proteção de grupos vulneráveis, especialmente casais homoafetivos femininos, que costumam recorrer a métodos não tradicionais. A ausência de regras claras gera insegurança jurídica e, por consequência, riscos de rupturas de vínculos afetivos e legais. O novo arcabouço deve prever tratamento igualitário, proibir discriminações e estabelecer caminhos estáveis para o reconhecimento de parentalidade, evitando que a escolha de conceber por vias não convencionais vire obstáculo para o pleno envolvimento de ambos os genitores na vida da criança.

Outro eixo importante é a educação e a ética. É necessário ampliar a formação de profissionais do direito, médicos, judiciais e demais atores sociais sobre biotecnologias, reprodução assistida e autoinseminação. A educação contínua deve abranger ética, consentimento informado, direitos da personalidade e as implicações jurídicas da filiação, promovendo decisões sensíveis e fundamentadas na proteção do melhor interesse da criança.

Caberá à sociedade, ao estado e aos órgãos reguladores articular políticas públicas consistentes. A criação de uma comissão nacional ou de um grupo de trabalho interinstitucional com representantes do poder Legislativo, CNJ, CFM, OAB e entidades da ciência biomédica, pode coordenar a construção de diretrizes, prazos e mecanismos de implementação. O objetivo é harmonizar o direito civil, a ética médica e as políticas públicas, assegurando que a filiação seja reconhecida de forma clara, segura e igualitária, independentemente da forma de concepção.

2.3. Filosofia e justiça na revisão da atribuição de dupla maternidade nos caso de casais homoafetivos femininos

2.3.1. A revisão crítica de normas baseadas no paternalismo jurídico

A discussão sobre a atribuição de dupla maternidade a casais homoafetivos femininos envolve, em primeira linha, uma concepção filosófica de justiça que questiona a legitimidade de normas paternalistas impostas pelo direito. O paternalismo jurídico ocorre quando o sistema legal, sob o argumento de proteger ou guiar as pessoas, decide por elas o que é "melhor" para a sua vida privada, em detrimento de sua autonomia, escolha e dignidade. No âmbito da família, esse modelo tende a favorecer configurações tradicionais, heteronormativas e baseadas em vínculos biológicos, relegando a segundo plano as formas de parentalidade que não se enquadram nesses moldes. Ao tratar da dupla maternidade, a crítica central é ver que tais normas costumam limitar ou retardar o reconhecimento jurídico de mães que falam por si mesmas em termos de cuidado, afeto e responsabilidade compartilhada.

Do ponto de vista filosófico, cabe situar a discussão em três referências. Primeiro, a justiça como igualdade formal e material, que exige tratamento igualitário a todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou da forma de constituição familiar. Em segundo lugar, a abordagem das capacidades de Martha Nussbaum (NUSSBAUM, 2011), que enfatiza o que cada pessoa é capaz de ser e fazer, incluindo a liberdade de formar vínculos familiares estáveis e de participar plenamente das decisões que afetam a vida dos filhos. Terceiro, a teoria do reconhecimento (HONNETH, 1996), que aponta para a necessidade de as pessoas serem reconhecidas em suas identidades e relações sociais sem constantes deslocamentos para um modelo que não corresponde à sua realidade vivida. Aplicadas à filiação, essas leituras defendem que as relações parentais devem ser reconhecidas pela sua função cuidante e pela qualidade de vínculos, e não pela conformidade com um modelo biológico ou masculino.

A revisão crítica de normas baseadas no paternalismo jurídico revela, ainda, que tais normas frequentemente operam com premissas invisíveis sobre gênero, sexo e reprodução. Elas presumem, mesmo que implicitamente, que a parentalidade legítima nasce de um homem que participa biologicamente ou de um núcleo familiar com pai, mãe e filho. Esse enquadramento reifica hierarquias e desvaloriza as formas de cuidado entre duas mães, as

que envolvem a família e a relação de cuidado diário estabelecida com a criança. Em termos práticos, essa lógica pode se traduzir em exigências de comprovações, registros ou procedimentos que não refletem a realidade vivida pelas famílias, gerando insegurança jurídica, litígios prolongados e, acima de tudo, insegurança para a criança quanto ao seu vínculo afetivo e social com ambos os genitores.

Outro aspecto problemático da paternalização jurídica reside na sua capacidade de retardar ou impedir o pleno exercício dos direitos civis de cidadania para as mães e para a criança. Quando o direito é estruturado para proteger um projeto familiar dominante, corre-se o risco de impor uma "proteção" que, na prática, atua como constrangimento: exige-se documentação, provas de convivência ou de contribuição parental que podem não caber à realidade de uma família que se organiza de maneira distinta. Essa tentativa de proteção, sob a justificativa do melhor interesse da criança, transforma-se em instrumento de exclusão social e jurídica, ao colocar obstáculos para o reconhecimento de parentalidade compartilhada, participação efetiva de ambas as mães na vida da criança e regularização do vínculo parental.

Frente a essas críticas, observa-se a necessidade de deslocar o eixo normativa de uma proteção que limita a autonomia para uma proteção que garante a dignidade, a igualdade e a continuidade de vínculos de cuidado. A partir disso, propõe-se avançar para uma moldura jurídica que privilegie o conceito de parentalidade baseada no projeto parental, na convivência e na responsabilidade compartilhada, em vez de exigir uma "prova" de biologia ou de presença de um genitor masculino. Essa virada implica reconhecer, simultaneamente, a legitimidade de duas mães na constituição da filiação, o papel central do interesse da criança e a responsabilidade do Estado em assegurar não apenas a proteção formal, mas a efetiva estabilidade afetiva e social da família.

Para operacionalizar essa revisão, três direções são centrais. Primeiro, a adoção de presunções de parentalidade que valorizem o projeto parental cooperativo e a convivência estável, com mecanismos jurídicos que atuem de forma simples e ágil para registrar a parentalidade de ambas as mães, sem exigir a validação de um representante masculino ou de uma figura biológica específica. Em segundo lugar, a promoção de um marco legal que trate a reprodução assistida e as formas não tradicionais de constituição familiar com base

em princípios constitucionais de igualdade, dignidade e não discriminação, eliminando barreiras que sejam meramente formais e que não contribuam para o bem-estar da criança. Por fim, a construção de políticas públicas, com participação de judiciário, Ministério Público, Ordem dos Advogados, órgãos reguladores da medicina e da biotecnologia, de modo a harmonizar a proteção jurídica com a prática social, educativa e de saúde das famílias.

A revisão crítica de normas paternalistas não é apenas um exercício acadêmico: é uma exigência ética e política para uma justiça que reconheça a diversidade das formas de parentalidade sem sacrificar o bem-estar da criança. Ao deslocar o foco do modelo protetor paternalista para uma normative baseada na dignidade, na igualdade e na capacidade real de cuidado, o direito pode cumprir sua função de assegurar vínculos estáveis, promover o desenvolvimento integral da criança e garantir que, em qualquer configuração familiar, a dupla maternidade seja reconhecida com a mesma legitimidade de que já desfrutam outros arranjos familiares.

2.3.2. A parentalidade como direito fundamental

A parentalidade pode ser entendida, em termos constitucionais e de direitos humanos, como um direito fundamental que envolve tanto o direito da criança a conviver, desenvolver-se plenamente e manter vínculos estáveis quanto o direito dos adultos de exercer, de maneira responsável, a função parental. Ao reconhecer a parentalidade como direito fundamental, o ordenamento jurídico não reduz a figura do pai ou da mãe a um vínculo biológico; passa a assegurar a dignidade, a continuidade afetiva e a proteção integral de quem cuida, educa e protege a criança. Essa perspectiva privilegia a qualidade do cuidado, a estabilidade do vínculo e a responsabilidade compartilhada, acima de exigências biológicas estritas ou modelos familiares tradicionais.

Do ponto de vista constitucional, a proteção à parentalidade encontra fundamento em várias normas-chave. O art. 227 da Constituição Federal impõe à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem o direito à convivência familiar digna, ao desenvolvimento e à proteção integral. O princípio da dignidade da pessoa humana, consagrado no art. 1º, III, orienta todo o campo de proteção de direitos familiares, incluindo a dignidade dos dois genitores que participam ativamente da criação e cuidado da

criança. O princípio da igualdade, previsto no art. 5º, caput, impõe tratamento igualitário a todas as formas de parentalidade que efetivamente promovam o bem-estar da criança, independentemente de orientação sexual ou de conformação familiar (RAWLS, 1999).

Em uma leitura mais fenomenológica, a parentalidade como direito fundamental emerge também como resposta à necessidade de reconhecer a vida familiar tal como ela se organiza na prática social. Isto implica reconhecer juridicamente a parentalidade compartilhada entre duas mães quando assim se estrutura o cuidado, a educação e a proteção da criança. Da mesma forma, a noção de (NUSSBAUM, 2011) reforça a ideia de que o direito deve ampliar as possibilidades reais de cada pessoa ser, fazer e cuidar, incluindo a possibilidade de formar vínculos familiares estáveis e de participar plenamente das decisões que afetam os filhos.

Essa perspectiva transformadora coloca em evidência que a restrição do reconhecimento da parentalidade pode violar direitos fundamentais. Exigir critérios de legitimidade baseados em genealogia masculina ou em vínculos biológicos não apenas desvirtua o propósito ético do direito de família, como também impossibilita a plena participação de uma das mães na vida da criança. A proteção jurídica deve, assim, privilegiar o bem-estar da criança, a continuidade do vínculo afetivo e a responsabilidade parental compartilha, sem discriminação por orientação sexual, formato de concepção ou tipo de parentalidade.

As implicações práticas dessa compreensão são profundas. Em termos de direito civil e de registro, o reconhecimento da parentalidade como direito fundamental sugere a adoção de presunções de parentalidade apoiadas na realidade do cuidado e da convivência, e não na ficção de um modelo único de família. Em políticas públicas, implica a promoção de normas que garantam a igualdade de direitos entre filhos de diferentes configurações familiares, assegurando que o status de parentalidade não dependa de provas desnecessárias ou de validações institucionais que reproduzam preconceitos. No âmbito jurisdicional, orienta decisões que priorizam o melhor interesse da criança, reconhecem vínculos de cuidado e asseguram participação efetiva de ambas as mães na vida e na educação do filho.

Por fim, a visão da parentalidade como direito fundamental exige que o Estado atue de forma proativa para eliminar discriminações institucionais e reduzir a litigiosidade decorrente de interpretações restritas da filiação. Isso implica, entre outras medidas, reformas legislativas que consolidem presunções de parentalidade com base no projeto

parental e na convivência estável; mecanismos de registro ágeis e inclusivos; e políticas públicas que promovam educação, saúde e apoio social às famílias não tradicionais. Ao tratar a parentalidade como direito fundamental, o direito de família se aproxima de sua função teleológica: assegurar vínculos estáveis, promover o desenvolvimento integral da criança e garantir que a diversidade das formas de parentalidade seja reconhecida com igual dignidade e proteção.

3. CONCLUSÃO

O presente artigo, especialmente, quanto a posssibilidade de atribuição da dupla maternidade para crianças em casos de reprodução assistida informal, reprodução caseira, aponta que a dignidade humana, quando situada no centro do direito de família, impõe uma leitura da filiação que vá além de formas tradicionais de parentalidade e de padrões biológicos. Em face das práticas de reprodução assistida informal, como a autoinseminação, o arcabouço jurídico-constitucional emerge como horizonte normativo capaz de assegurar não apenas a proteção dos direitos da criança, mas também o reconhecimento efetivo da diversidade de configurações familiares. Nesse sentido, a parentalidade deixa de ser decorrência exclusiva de genealogias ou de modelos heteronormativos para se configurar como dever e direito de cuidado, responsabilidade e convivência estáveis.

Do ponto de vista constitucional, a proteção à dignidade da pessoa humana, o direito fundamental à convivência familiar digna e o princípio da igualdade se articulam para exigir um tratamento jurídico isonômico entre famílias formadas por diferentes vias de reprodução. O reconhecimento da parentalidade deve, portanto, privilegiar o bem-estar da criança, a continuidade do vínculo afetivo e a participação efetiva de ambos os genitores, independentemente de vínculos biológicos ou de estruturas familiares não tradicionais. A jurisprudência e a legislação devem convergir para uma moldura normativa que valorize o projeto parental, a convivência estável e a responsabilidade compartilhada, sem impor obstáculos legais que decorrem de preconceitos ou de modelos estritamente biológicos.

As implicações práticas dessa abordagem são profundas. Em termos de registro civil, políticas públicas e prática judiciária, é essencial esclarecer e ampliar as presunções de parentalidade, de modo a reconhecer a parentalidade compartilhada pela convivência e pelo

correspondentes à realidade social. As decisões devem interpretar o melhor interesse da criança à luz de vínculos afetivos e de cuidado, não de critérios genealogiais rígidos. Além disso, é imperativo promover um marco normativo que proteja grupos vulneráveis, em especial casais homoafetivos femininos, assegurando igualdade de direitos, proteção contra discriminações e mecanismos ágeis de reconhecimento parental.

A busca por presunções de parentalidade baseadas no projeto parental e na convivência estável, aliadas a procedimentos de registro simplificados, representam um passo concreto rumo à justiça constitucional no campo do direito de família. Elas promovem dignidade, igualdade e proteção efetiva à criança, ao mesmo tempo em que reconhecem a diversidade das dinâmicas familiares modernas, reduzindo barreiras administrativas e fortalecendo vínculos familiares estáveis

Em síntese, a conclusão que se impõe é a de que a dignidade humana requer uma evolução do direito de família rumo à constitucionalização da parentalidade baseada no cuidado, na convivência e na responsabilidade compartilhada. Ao reconhecer a diversidade de formas de constituição familiar e ao assegurar direitos iguais para todas as crianças, o ordenamento jurídico não apenas cumpre uma função de justiça, mas também fortalece a convivência social, a educação e o desenvolvimento pleno de cada indivíduo.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina. **Política nacional do idoso: velhas e novas questões.** Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

ALVES, Maria Rayane Dias; DINIZ, Jordana Seixas X. A.; SILVA, Sara Lins da. **Desafios e desigualdades nos direitos reprodutivos: a falta de acesso à fertilização in vitro (FIV) pelo SUS**. Revista Brasileira de Direito e Justiça, v. 7, p. 1-16, 2023. DOI: 10.5212/RBDJ.v.7.015. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/direito. Acesso em: 30 dez. 2024.

AMARO, Mylene Manfrinato dos Reis; OLIVEIRA, Janaina Sampaio de; CARDIN, Valéria Silva Galdino. **Inseminação artificial caseira e os direitos da personalidade**: o risco por trás da conquista de um sonho. Revista Jurídica Ivaí, Paranavaí, v. 1, n. 1, p. 1-25, jan./jun. 2023. Disponível em: https://revista.unifatecie.edu.br/index.php/direito/article/view/257. Acesso em: 30 dez. 2024. DOI: https://doi.org/10.33872/revjurivai.v1n1.e004

ARAÚJO, Ana Thereza Meirelles. **O estado regulatório da reprodução humana assistida no Brasil**: da ausência de legislação ordinária ao regulamento deontológico atual. Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário, Brasília, v. 12, n. 1, p. 10-23, jan./mar. 2023. Disponível em:

https://doi.org/10.17566/ciads.v12i1.968. Acesso em: 30 dez. 2024. DOI: https://doi.org/10.17566/ciads.v12i1.968

BARLETTA, Fabiana Rodrigues; ALMEIDA, Vitor; FOHRMANN, Ana Paula Barbosa et. al. **A Tutela Jurídica da Pessoa Idosa - 2ª ed. 2023: Melhor Interesse, Autonomia e Vulnerabilidade e Relações de Consumo**. 2. ed. São Paulo: Editora Foco, 2022. 408 p. BRASIL. **Lei 10.741, 1º de outubro de 2003. Estatuto do Idoso.** Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 01 nov. 2024.

CLÈVE, Clèmerson Merlin; LORENZETTO, Bruno Meneses**. Corte Suprema, agir estratégico e autoridade constitucional compartilhada**. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 168 p.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 11ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

GAMA, G. C. N. da. **Direitos da personalidade da pessoa idosa.** 1. ed. Curitiba: Appris Editora, 2019.

HONNETH, Axel. **A luta pelo reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Cambridge, MA: MIT Press, 1996.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional - Coleção Esquematizado: Volume 1**. 28. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. 1592 p.

MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

MEDEIROS, André Araújo de; NEVES, Haroldo Murilo Cotta; VILELA, Janaína Alcântara. Análise da inconstitucionalidade do regime de separação obrigatória de bens no casamento de pessoas com mais de 70 anos. **REASE - Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 8, n. 06, jun. 2022. ISSN 2675-3375.

NOVAIS, Jorge Reis. **A Dignidade da Pessoa Humana: Dignidade e Direitos Fundamentais (Volume 1***)*. 1. ed. Coimbra: Almedina, 2018. 210 p.

NUSSBAUM, Martha C. **Capacidades: a abordagem do desenvolvimento humano**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das Famílias**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2024. 608 p.

QUINTEIRO, María Esther Martinez; SANTOS, Denise Tanaka dos. **Direitos Humanos das Pessoas Idosas - Desafios Contemporâneos do Idadismo no Cenário Comparado entre Brasil e Espanha**. 1. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2024. 148 p.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça** (edição revisada). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.

SALES, G. B. S.; NETO, J. W. Um ensaio sobre a tolerância, a interculturalidade e a educação em direitos humanos como meio eficaz para a efetivação da dignidade (da pessoa) humana no atual contexto do Estado Constitucional. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, [S.

l.], v. 23, n. 1, p. 4-37, 2018. DOI: 10.25192/issn.1982-0496.rdfd.v23i11187.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988.** 1. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2024. 214 p.

SARMENTO, Daniel. **Dignidade da Pessoa Humana: Conteúdo, trajetórias e metodologia.** 1 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 462 p.

SCHIER, Paulo Ricardo. Novos desafios da filtragem constitucional no momento do neoconstitucionalismo. **A&C - Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, v. 5, n. 20, p. 45-60, 2005.

SILVA, Doralice. **O drama da velhice e como ela chega**. eBook Kindle, 2024. 95 p.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: direito de família**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2019.